

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB1A1-I

A forma peculiar como se processou a independência da América portuguesa teve consequências fundamentais no seu subsequente desenvolvimento. Tendo-se transferido o governo português para o Brasil sob a proteção inglesa e tendo-se operado a independência da colônia sem descontinuidade na chefia do governo, os privilégios econômicos de que se beneficiava a Inglaterra em Portugal passaram automaticamente para o Brasil independente. Com efeito, se bem haja conseguido separar-se de Portugal em 1822, o Brasil necessitou de vários decênios mais para eliminar a tutela que, graças a sólidos acordos internacionais, mantinha sobre ele a Inglaterra. Esses acordos foram firmados em momentos difíceis e constituíam, na tradição das relações luso-inglesas, pagamentos em privilégios econômicos de importantes favores políticos. Os acordos de 1810 foram firmados contra a garantia da Inglaterra de que nenhum governo imposto por Napoleão em Portugal seria reconhecido. Por eles se transferiam para o Brasil todos os privilégios de que gozavam os ingleses em Portugal — inclusive os de extraterritorialidade — e se lhes reconhecia demais uma tarifa preferencial. Tudo indica que, negociando esses acordos, o governo português tinha estritamente em vista a continuidade da casa reinante em Portugal, enquanto os ingleses se preocupavam em firmar-se definitivamente na colônia, cujas perspectivas comerciais eram bem mais promissoras que as de Portugal.

Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2007, p. 69 (com adaptações).

Considerando as ideias veiculadas no texto CB1A1-I e as relações de coesão nele estabelecidas, julgue os próximos itens.

- 1 De acordo com o texto, nos acordos de 1810, convergiam os interesses políticos de Portugal e os econômicos da Inglaterra.
- 2 Depreende-se do texto que a peculiaridade do processo de independência que impactou o desenvolvimento brasileiro consiste na expansão dos privilégios ingleses com a transferência do governo de Portugal para o Brasil.
- 3 No trecho “cujas perspectivas comerciais eram bem mais promissoras que as de Portugal” (último período do texto), o referente da forma pronominal “cujas” é “os ingleses”, entendendo-se, corretamente, das relações coesivas do período que as perspectivas comerciais dos ingleses eram muito mais promissoras que as de Portugal.
- 4 A forma pronominal “eles” (penúltimo período) retoma “Os acordos de 1810” (antepenúltimo período).
- 5 De acordo com as informações do texto, o Brasil, mesmo depois de ter deixado de ser colônia portuguesa, permaneceu por vários anos submetido à tutela inglesa.

Acerca de aspectos linguísticos do texto CB1A1-I, julgue os seguintes itens.

- 6 A correção gramatical e o sentido do texto seriam mantidos caso fosse eliminada a vírgula empregada logo após “acordos” (último período), por ser seu emprego facultativo nesse caso.
- 7 Estariam mantidas a correção gramatical e a coerência das ideias do texto caso o segmento “se bem haja” (terceiro período) fosse substituído por **embora tenha**.
- 8 O tempo verbal em que se encontra flexionada a forma “seria” (antepenúltimo período) indica uma possibilidade futura vislumbrada a partir do passado.
- 9 Sem prejuízo da coerência e da correção gramatical do texto, o trecho “o governo português tinha estritamente em vista a continuidade da casa reinante em Portugal” (último período) poderia ser reescrito da seguinte forma: **o governo português visava precisamente à continuidade da casa reinante em Portugal**.
- 10 Em “Tendo-se transferido (...) e tendo-se operado (...) governo” (segundo período), o vocábulo “se” é empregado para indeterminar o sujeito de ambas as orações.
- 11 O segmento “contra a” (antepenúltimo período) poderia ser substituído por **à despeito da**, sem prejuízo do sentido e da correção gramatical do texto.
- 12 No terceiro período, o sujeito da forma verbal “mantinha” é “a Inglaterra”.
- 13 No penúltimo período, a forma verbal “gozavam” está empregada na terceira pessoa do plural porque concorda com o termo “privilégios”.

Texto CB1A2-I

Segundo nosso modo de ver, a evolução sociocultural é gerada por uma série de revoluções tecnológicas correspondentes a inovações prodigiosas no aparelho produtivo ou militar. Essas inovações, ao ativar as sociedades onde amadurecem, provocam sua expansão na forma de um processo civilizatório no curso do qual tanto aquelas sociedades como todas as que caem sob sua influência transitam de uma a outra etapa evolutiva. Cada etapa corresponde a uma formação econômico-social, vale dizer, a uma combinação específica de modos de produção com certas formas de ordenação da vida social e com conteúdos ideológicos correspondentes. O processo pode ser descrito como uma ruptura provocada pelas contradições entre as inovações acumuladas nas forças produtivas materiais da sociedade e nas relações de produção preexistentes, ruptura esta que aciona o trânsito de uma formação econômico-social a outra.

Darcy Ribeiro. *O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes*.
Petrópolis: Vozes, 1983, p. 25 (com adaptações).

Em relação a aspectos linguísticos do texto CB1A2-I e às ideias nele apresentadas, julgue os próximos itens.

- 14 No texto, o autor apresenta uma visão evolutiva das transformações na sociedade, argumentando que um próximo passo é alcançado apenas após uma ruptura causada por inovações inseridas no processo de produção.
- 15 No segundo período do texto, a forma pronominal “sua”, em “provocam sua expansão”, tem como referente “as sociedades”.
- 16 A expressão “O processo”, no último período, refere-se à “formação econômico-social” citada no período anterior.
- 17 A correção gramatical e o sentido do segundo período do texto seriam preservados caso o trecho “um processo civilizatório no curso do qual tanto aquelas sociedades como todas as que caem sob sua influência transitam de uma a outra etapa evolutiva” fosse reescrito da seguinte forma: **um processo civilizatório cujo curso aquelas e todas sociedades por elas influenciadas passam de uma etapa evolutiva a outra.**
- 18 Estariam mantidos o sentido e a correção gramatical do texto caso a forma verbal “ativar” (segundo período do texto), estivesse flexionada no plural — **ativarem**.

Texto CB1A2-II

O poder manifesta-se em relações de uso do território, materializado ou virtualizado pelas formas de atuação dos atores sociais locais. Sendo assim, poder é uma relação estabelecida entre interesses divergentes com fins específicos de utilização do território. Os conflitos gerados pelo uso do território também são formas de poder, embora muitas vezes o poder esteja em risco. O poder é a objetivação política do território utilizado para se atingir determinado objetivo, e um de seus recursos é o convencimento do outro.

Quais são os atores sociais que mais partilham o poder e que interesses estão em jogo? Em que esfera social ou política o poder se torna mais ativo? Estamos numa diferenciação entre o poder formal, institucional, e o poder informal advindo dos movimentos sociais. O formal seria aquele da instituição política, vinculada à ideia da esfera municipal, estadual e federal; e o poder informal é o da sociedade civil organizada, incorporado no papel dos movimentos sociais diversos e de seus representantes junto às três esferas que mencionamos.

Não estamos querendo dizer que entre essas escalas não acontecem associações; o que queremos, para fim de análise, é diferenciar seu campo de negociação. Sabemos que, entre essas escalas, ocorrem interferências, seja no poder formal, seja no poder informal, e que, entre esses poderes, há uma dialética na definição das formas de desenvolvimento e de uso no território.

João Márcio Palheta da Silva. *Poder, governo e território na sociedade contemporânea*.
Internet: <flasco.redelivre.org.br> (com adaptações).

Julgue os itens que se seguem, relativos a aspectos linguísticos do texto CB1A2-II e às ideias nele apresentadas.

- 19 O texto é desenvolvido com base na associação entre o conceito de poder e o uso do território.
- 20 No que diz respeito aos dois níveis de poder citados no texto, o formal e o informal, o autor indica que essa divisão não reflete uma separação total entre eles, mas é útil para uma melhor compreensão de seus campos de negociação.
- 21 No terceiro período do primeiro parágrafo, o termo “embora” introduz uma oração que expressa, em relação à oração anterior, sentido explicativo.
- 22 A vírgula empregada no último período do primeiro parágrafo separa orações cujos sujeitos são distintos.
- 23 No primeiro período do segundo parágrafo, o termo “que” exerce a mesma função sintática em suas duas ocorrências.
- 24 Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência das ideias do texto, o terceiro período do segundo parágrafo poderia ser reescrito da seguinte forma: **Se faz aqui uma distinção entre o poder formal, que é institucional, com o poder informal, que vem dos movimentos sociais.**
- 25 Os sentidos e a correção gramatical do último período do texto seriam mantidos caso o termo “seja”, em suas duas ocorrências, fosse substituído pelo vocábulo **quer**.
- 26 Pelas relações de sentido estabelecidas no último período do primeiro parágrafo, subentende-se a palavra **território** em seguida ao termo “outro”.

Com relação às ferramentas utilizadas no ambiente Windows, julgue os itens que se seguem.

- 27 Para localizar um arquivo armazenado localmente no computador, o usuário deve selecionar, na lista de opções Este Computador do Windows Explorer, a unidade Disco Local (C:) e digitar o nome do arquivo no campo de pesquisa acessado com auxílio do atalho **Ctrl** + **F**.
- 28 O OneDrive permite que o usuário armazene arquivos pessoais na nuvem da Microsoft. Por motivos de segurança, tais arquivos não podem ser compartilhados com outros usuários.
- 29 Na opção Dispositivos: Bluetooth, impressoras, mouse da janela Configurações do Windows, está disponível uma lista de dispositivos conectados ou emparelhados ao computador.
- 30 O Windows Explorer possui um menu de contexto que auxilia a realizar tarefas como Copiar e Colar, Abrir e Abrir com, entre outras.
- 31 Nas configurações de salvamento de tela do ambiente Windows, pode ser feita a personalização da tela de bloqueio, a qual é utilizada para compor o fundo de tela da área de trabalho do computador.

Julgue os próximos itens, relativos ao Microsoft Word.

- 32 No menu Layout de uma tabela do Word, há opção que permite repetir a linha de cabeçalho para que ela reapareça na página seguinte do documento, permitindo assim a identificação das colunas da tabela.
- 33 No Word, é possível salvar um arquivo com outro nome para manter uma cópia do arquivo original; para tanto, basta usar a opção Salvar ou o atalho **Ctrl** + **B**.
- 34 Em um documento do Word, a formatação Estilo pode ser aplicada para criar títulos, que destacam o texto e ajudam o usuário a pesquisar seu documento, podendo, ainda, ser usada também para criar uma tabela de conteúdo, reorganizar e reformatar o *design* do documento, sem a necessidade de alterar manualmente o texto de cada título.

Com relação ao Microsoft Excel, julgue os seguintes itens.

- 35 Uma das limitações do Excel é que, por não ser um *software* científico, ele não permite gerar uma linha de tendência para uma série de dados de um gráfico, obtida por meio de regressão linear, exponencial ou média móvel. Em vez disso, o Excel permite apenas ligar os pontos do gráfico.
- 36 No Excel, é possível filtrar dados para representarem os resultados em uma tabela dinâmica; para tanto, usa-se a opção Inserir - Segmentação de Dados.

Julgue os itens a seguir, a respeito do Microsoft PowerPoint.

- 37 No PowerPoint, a opção Design é usada para atribuir padrões ao eslaide mestre, como caixas de formatação e posicionamentos de espaços no eslaide.
- 38 No PowerPoint, por meio da guia Transições, é possível configurar a forma de exibição de um novo eslaide inserido.

Em certa localidade, a companhia fornecedora de energia elétrica informou que, a cada 10 clientes pagantes, outros 6 furtam energia, praticando os popularmente chamados “gatos de luz”.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 39 Considerando que a referida companhia consiga inibir o furto de energia de forma que, na nova realidade, a cada 10 clientes pagantes, outros 3 furtam energia, então, nessa nova realidade, haverá uma redução de 50% no número de clientes que furtam energia.
- 40 Na localidade mencionada, 60% dos clientes furtam energia.

Token, em inglês, significa ficha ou símbolo. Na área da tecnologia, o nome se refere a um dispositivo eletrônico ou sistema gerador de senhas bastante utilizado por bancos, os chamados códigos *token*. Considerando que um código *token* seja formado por seis dígitos escolhidos aleatoriamente entre os algarismos de 0 a 9 e que, nesse código, seja permitida a repetição de algarismos, julgue os itens a seguir.

- 41 A probabilidade de um código *token* ser formado por, pelo menos, dois dígitos repetidos é superior a 80%.
- 42 Há mais de 1,2 milhão de códigos *token* possíveis.
- 43 Existem menos de 150 mil códigos *token* que possuem todos os dígitos distintos.

O parágrafo primeiro do artigo 2.º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro assim preceitua: “§ 1.º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.”.

Considerando esse dispositivo legal como a proposição *P*, julgue os itens que se seguem, acerca de aspectos da lógica proposicional nela presentes.

- 44 A tabela-verdade associada a *P* tem mais de 30 linhas.
- 45 A proposição *P* é equivalente a “Se a lei posterior expressamente declara a revogação da lei anterior, regula inteiramente a matéria de que esta tratava ou é com ela incompatível, então a revoga.”.
- 46 Considere que um juiz, ao aplicar a legislação, verifique que certa lei (Lei A) não foi expressamente revogada por nenhuma outra e que não há outra que regule inteiramente a matéria de que trata a Lei A, porém identifique outra lei (Lei B), posterior à Lei A e com ela incompatível. Nesse caso, se o juiz decidir aplicar, mesmo assim, a Lei A, será falsa, nesse caso específico, a proposição encerrada no parágrafo primeiro do artigo 2.º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
- 47 Considere as proposições *R* e *S* a seguir.
R: “A lei posterior regula inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior, é com ela incompatível ou expressamente declara sua revogação.”
S: “A lei posterior não regula inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior, não é com ela incompatível, nem expressamente declara sua revogação.”

A partir dessas informações, é correto afirmar que *S* é a negação de *R*.

A tabela a seguir apresenta o quantitativo de servidores nomeados em cada um dos três primeiros anos de mandato do prefeito de certo município.

1.º ano	2.º ano	3.º ano
1.000	1.100	1.210

Com base nessas informações, julgue os itens subsequentes.

- 48 Caso o quantitativo de servidores nomeados no 4.º ano de mandato do prefeito forme, com os quantitativos do 2.º e do 3.º anos, uma progressão aritmética, então serão nomeados, no 4.º ano, mais de 1.330 servidores.
- 49 Ao se plotarem os dados da tabela em apreço em um plano cartesiano, formando-se pares ordenados xOy , em que y represente o quantitativo de servidores nomeados no ano x , os pontos correspondentes aos três primeiros anos do mandato do prefeito estarão sobre o gráfico de uma função exponencial.
- 50 Caso o quantitativo de servidores nomeados no 4.º ano de mandato do prefeito forme, com os quantitativos dos primeiros três anos, uma progressão geométrica, então serão nomeados, no 4.º ano, mais de 1.330 servidores.

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Com referência a aspectos diversos pertinentes ao direito constitucional, julgue os itens que se seguem. Nesse sentido, considere que a sigla CF, sempre que empregada, se refere à Constituição Federal de 1988.

- 51** Se um partido político propuser ação direta de inconstitucionalidade no STF em razão de ter um parlamentar representado no Congresso Nacional, a legitimidade do partido continuará ativa, ainda que ocorra a perda superveniente de representação partidária.
- 52** Decreto governamental que proíba a realização de manifestação pública mediante a utilização de carros aparelhados e objetos sonoros estará em desacordo com a CF, que garante que todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- 53** Legislar sobre águas é da competência concorrente da União, dos estados e dos municípios.
- 54** Segundo a CF, prefeitos e secretários municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, à qual somente pode ser acrescido o valor de verba de representação.
- 55** É vedada a edição de medida provisória pelo presidente da República sobre matéria relativa ao direito civil.

Ainda com relação ao direito constitucional, julgue os próximos itens.

- 56** A vedação de membro do Ministério Público para o exercício de atividade político-partidária impede-lhe a filiação a partido político enquanto ele estiver no exercício de suas funções institucionais.
- 57** Segundo a CF, a atuação municipal na educação deverá se dar prioritariamente no ensino fundamental e médio.
- 58** A prestação de serviço público municipal sob regime de concessão ou permissão deverá sempre ser precedida de licitação.

Acerca do processo administrativo disciplinar, julgue os itens subsequentes.

- 59** A instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima é permitida desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância.
- 60** É obrigatória a presença de advogado em todas as fases do processo administrativo disciplinar.

Julgue os seguintes itens, a respeito do ato administrativo.

- 61** A convalidação de ato administrativo pode ser realizada pelo administrado, quando dele se exigia manifestação de vontade que não foi observada.
- 62** É possível a revogação de ato administrativo vinculado.
- 63** Uma das formas de extinção do ato administrativo é a retirada do ato administrativo, que pode ocorrer por sua invalidação decorrente de ilegalidade.
- 64** Fica caracterizado o excesso de poder quando uma autoridade pública exera ato administrativo com o intuito de prejudicar ou beneficiar determinada pessoa.

À luz do disposto na Lei n.º 14.133/2021, julgue os itens que se seguem.

- 65** A verificação da conformidade das propostas pode ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.
- 66** Pode-se exigir, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, limitada a 5% do valor estimado para a contratação.

No que se refere ao poder de polícia, julgue o item seguinte.

- 67** Em se tratando de pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração pública indireta e de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial, é constitucional a delegação, por lei, do poder de polícia.

A respeito dos crimes contra o meio ambiente, das medidas de proteção ao meio ambiente e da responsabilidade ambiental, julgue os itens a seguir.

- 68** Deteriorar bem especialmente protegido por ato administrativo configura crime contra o meio ambiente.
- 69** Embora a responsabilidade civil ambiental seja objetiva, excetua-se a necessidade de constatação do nexo causal entre a ação ou omissão e o dano ambiental causado na hipótese de responsabilização do adquirente na aquisição de imóvel já danificado.
- 70** A finalidade de um sistema de produção orgânico é ofertar alimentos com o mínimo de contaminante intencional.

Acerca do direito de preempção, julgue o item a seguir.

- 71** Caso o proprietário de imóvel expropriado por interesse social verifique que a coisa não teve o destino para o qual fora desapropriada, ele terá direito de preferência na aquisição do imóvel, pagando o valor que recebeu da administração pública, acrescido de juros e correção monetária.

Com relação a prescrição, Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, responsabilidade civil e adimplemento das obrigações, julgue os próximos itens à luz do Código Civil e da jurisprudência do STJ.

- 72** Em ação indenizatória decorrente do reconhecimento judicial de nulidade de negócio jurídico, inicia-se o prazo prescricional no momento do trânsito em julgado da ação anulatória.
- 73** Constitui revogação expressa a hipótese em que a lei posterior revoga a anterior quando seja com ela incompatível ou regule inteiramente a matéria tratada na lei anterior.
- 74** A teoria da responsabilidade civil objetiva estabelece ser a responsabilidade desencadeada pelo fato danoso, e não por fato doloso ou culposo, não sendo necessário o elemento subjetivo para a constatação da responsabilidade civil.
- 75** Ainda que o Código Civil adote a vertente objetiva do princípio da *actio nata*, o STJ tem autorizado a adoção da vertente subjetiva quando o ajuizamento da ação é obstaculizado pelo próprio causador do dano, caso em que o prazo prescricional se inicia quando o titular do direito subjetivo violado obtém plena ciência da lesão e de toda a sua extensão.
- 76** O pagamento ao credor que aparente ser o legítimo detentor do crédito a ser adimplido, denominado credor putativo, será inválido, ainda que haja boa-fé objetiva por parte do devedor.

Com base no Código de Processo Civil (CPC) e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), julgue os itens a seguir, acerca de honorários advocatícios, ação popular, ação civil pública, reclamação constitucional e Defensoria Pública.

- 77** A Defensoria Pública, ainda que não detenha personalidade jurídica, pode ser condenada ao pagamento de honorários sucumbenciais.
- 78** A fixação de honorários sucumbenciais por apreciação equitativa somente é admitida em casos excepcionais, como, por exemplo, na hipótese em que o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório, ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo.
- 79** É cabível a propositura de ação popular para impugnar atos estatais potencialmente capazes de causar lesão direta e indireta ao patrimônio público.
- 80** No âmbito de ação civil pública por atos de improbidade administrativa, a impugnação de decisões interlocutórias deve ser feita por meio de agravo de instrumento.
- 81** É cabível a propositura de reclamação constitucional com a finalidade de rever a justiça da decisão reclamada.

No que se refere às normas contidas no Código Tributário Nacional e na Constituição Federal de 1988 (CF) acerca das espécies tributárias e da competência tributária, julgue os itens que se seguem.

- 82** Se o município de Mossoró criar uma taxa cujo fato gerador seja o mesmo de um imposto, essa exação será um imposto ilegal.
- 83** A CF atribui aos municípios a competência residual para instituir, por meio de lei, o imposto territorial rural incidente sobre os imóveis rurais nele localizados, quando o município firmar convênio com o ente federal.
- 84** É legalmente admissível que estado da Federação crie uma taxa cuja base de cálculo seja o capital das empresas.

Acerca da integração da legislação tributária e do crédito tributário, julgue os itens a seguir.

- 85** Se o fisco conceder parcelamento de uma obrigação tributária, essa concessão será classificada como uma forma de extinção do crédito tributário.
- 86** Na ausência de disposição expressa, a autoridade fazendária poderá utilizar a analogia, desde que disso não resulte na exigência de tributo não previsto em lei.

Acerca dos impostos dos estados e dos municípios, julgue os itens que se seguem.

- 87** É permitido aos municípios estabelecer diferentes alíquotas do IPTU em razão do uso a que se destinam os imóveis.
- 88** A pessoa que, residindo em Mossoró – RN, doe um carro para filho seu que more em Fortaleza – CE terá de pagar ITCMD para o estado do Rio Grande do Norte.

Julgue os seguintes itens, conforme as normas constitucionais sobre orçamento, princípios orçamentários, despesa pública e fiscalização e controle.

- 89** Na lei orçamentária anual da União, a obrigação de a administração executar as programações orçamentárias aplica-se às despesas primárias discricionárias.
- 90** Os recursos provenientes das contribuições sociais incidentes sobre a folha de pagamento do empregador e descontadas dos empregados destinam-se ao custeio das despesas da seguridade social, ou seja, despesas com saúde, assistência e previdência.
- 91** Na qualidade de ordenador de despesa, o servidor da Procuradoria Jurídica do município de Mossoró é obrigado a prestar contas, anualmente, ao TCE/RN e, em caso de ilegalidade e desvio de valores, ele poderá ser condenado a ressarcir o erário e sancionado com a aplicação de multa.
- 92** Independentemente do valor, a dívida estatal de natureza alimentícia decorrente de condenação judicial proveniente de juizados especiais da fazenda pública sujeita-se à sistemática do pagamento mediante requisições de pequeno valor.
- 93** Exceção ao princípio orçamentário da exclusividade, a operação de crédito por antecipação de receita orçamentária pode ser autorizada no próprio texto da lei orçamentária anual e a sua contratação e liquidação deverá ocorrer no mesmo exercício financeiro.

À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000), julgue os itens que se seguem.

- 94** A despesa com pessoal é regida por normas específicas próprias, a ela não se aplicando as regras para criação de despesa obrigatória de caráter continuado.
- 95** Antes de se executar despesa obrigatória de caráter continuado, é preciso que sejam implementadas as medidas de compensação com o aumento permanente de receita ou com a redução permanente de despesa, as quais deverão integrar o mesmo instrumento normativo de criação ou aumento daquela despesa.

Em relação à seguridade social e ao regime próprio de previdência social (RPPS), julgue os itens subsequentes.

- 96** O princípio da universalidade de cobertura e do atendimento assegura aos brasileiros e estrangeiros o acesso a todas as ações, prestações, serviços e benefícios previdenciários, independentemente de contribuição.
- 97** O servidor público titular de cargo efetivo no estado do Rio Grande do Norte que for cedido, sem ônus, para o município de Mossoró permanecerá vinculado ao RPPS do ente de origem.
- 98** Incidirá contribuição previdenciária sobre os valores recebidos pelo segurado a título de aposentadoria, salário-maternidade e auxílio por incapacidade temporária.

Em relação a ações previdenciárias, filiação e inscrição no regime geral de previdência social (RGPS), julgue os itens a seguir.

- 99** O segurado facultativo poderá efetuar a sua inscrição retroativa no RGPS, até o limite máximo de cinco anos, desde que recolha as contribuições previdenciárias referentes ao período de que pretenda obter o reconhecimento da filiação.
- 100** A competência para processar e julgar ações previdenciárias propostas contra instituto de previdência municipal será da justiça comum estadual da unidade federativa em que o município estiver localizado.

Julgue os itens seguintes, acerca da acumulação de benefícios e de período de carência.

- 101** Se duas seguradas do RGPS, uma na condição de segurada empregada e outra na de contribuinte individual, tiverem filhos no corrente mês, e se ambas tiverem feito sete contribuições mensais, sequenciais e ininterruptas para o RGPS, então as duas terão direito ao benefício do salário-maternidade.
- 102** A segurada que, aposentada por tempo de contribuição pelo RGPS, continuar trabalhando na condição de segurada poderá acumular o seu benefício da aposentadoria com o salário-maternidade decorrente de adoção, mas não poderá acumular a sua aposentadoria com o auxílio por incapacidade temporária.

Em determinado acordo coletivo de trabalho, foram estipuladas duas cláusulas: uma que prevê que o intervalo intrajornada da categoria será de 15 min quando a jornada de trabalho for superior a seis horas; e uma outra que convencionou, com base na crise financeira por que passa o setor, a suspensão do seguro-desemprego para os trabalhadores durante o prazo de dois anos.

Tendo como referência a situação hipotética apresentada, julgue os itens seguintes, conforme o disposto na Constituição Federal de 1988 e na legislação trabalhista.

- 103** Na hipótese em questão, a cláusula que convencionou a suspensão do seguro-desemprego é ilícita, porquanto não é possível suprimir direito como o seguro-desemprego.
- 104** Acordo coletivo de trabalho é o ajuste de caráter normativo por meio do qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis às relações individuais de trabalho.
- 105** Seguro-desemprego é um direito constitucional dos trabalhadores urbanos e rurais garantido em caso de desemprego involuntário.
- 106** O intervalo intrajornada é um direito que garante um período mínimo de descanso entre uma jornada de trabalho e outra.
- 107** Na situação em apreço, o acordo até poderia dispor sobre o intervalo intrajornada, mas deveria respeitar o limite mínimo de trinta minutos.

À luz da legislação trabalhista, julgue os seguintes itens, pertinentes à realização de acordo extrajudicial entre empregado e empregador.

- 108** A petição de homologação de acordo extrajudicial interrompe o prazo prescricional da ação quanto aos direitos nela especificados.
- 109** O processo de homologação de acordo extrajudicial deverá ser iniciado por petição conjunta, não podendo as partes ser representadas por advogado comum.

Reclamante ajuizou reclamação trabalhista individual contra município do interior do Rio Grande do Norte, tendo sido concedida a tutela provisória na própria sentença, que condenou o reclamado a pagar o valor de 50 salários mínimos, não tendo havido condenação em honorários.

Acerca dessa situação hipotética e de aspectos a ela pertinentes, julgue os itens seguintes com base na legislação trabalhista e na jurisprudência do TST.

- 110** A tutela provisória concedida na sentença em apreço não comporta impugnação pela via do mandado de segurança.
- 111** Nas ações contra a fazenda pública, não são devidos honorários de sucumbência.
- 112** Nessa situação, a decisão, por ser contrária à fazenda pública municipal, está sujeita ao reexame necessário.

Com base na Lei Orgânica do Município de Mossoró e na Lei Complementar municipal n.º 29/2008, julgue os itens a seguir.

- 113** A autonomia, a transparência e a participação social são fundamentos do município de Mossoró.
- 114** A abertura de sindicância ou instauração de processo disciplinar suspende a prescrição, e o prazo tornará a correr a partir do dia em que cessar a suspensão, considerado o período anteriormente transcorrido.
- 115** A Câmara Municipal de Mossoró é composta por vereadores eleitos pelo sistema majoritário, como representantes do povo, com mandato de quatro anos.
- 116** O prefeito, o vice-prefeito, os vereadores e os servidores municipais não podem contratar com o município, subsistindo tal proibição até seis meses depois de findas as respectivas funções, exceto nos contratos cujas cláusulas e condições sejam uniformes para todos os interessados.
- 117** A reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado em decorrência de invalidação da sua demissão por decisão judicial é chamada de reversão.

Julgue os itens subsequentes, à luz do disposto na Lei Complementar municipal n.º 60/2011, na Lei Complementar municipal n.º 96/2013 e na Lei Complementar municipal n.º 195/2023.

- 118** Compete exclusivamente à Procuradoria-Geral do Município representar judicial e extrajudicialmente o município de Mossoró, bem como exercer as funções de consultoria jurídica dos órgãos da administração pública municipal.
- 119** Os servidores efetivos inativos dos órgãos da administração municipal são segurados facultativos do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Mossoró (PREVI-MOSSORÓ).
- 120** É defeso ao município de Mossoró instituir impostos sobre o patrimônio e os serviços dos partidos políticos.